

# PROJETO H.R. 1

A NOVA LEI QUE REDEFINE  
IMPOSTOS NOS EUA



GUIA COMPLETO PARA INVESTIDORES

*Alexandre Bertoncello*



# INTRODUÇÃO

O projeto H.R. 1, apelidado de "**One Big Beautiful Bill Act**", pode representar a maior reestruturação tributária dos Estados Unidos em décadas. Neste e-book, analisamos os principais pontos da proposta.

De um lado, cortes significativos de impostos para famílias, trabalhadores, pequenas empresas e investidores. Do outro, aumentos e restrições para setores como energia limpa, universidades bilionárias, grandes corporações e remessas feitas por imigrantes ilegais.

Um dos pontos mais polêmicos é a criação de um imposto de 5% sobre remessas internacionais feitas por pessoas sem SSN.

Aqui mostramos como esse projeto afeta o investidor brasileiro formal e o que muda na estrutura de repatriação de investimentos.

# PROJETO H.R. 1 - "ONE BIG BEAUTIFUL BILL ACT"

## **Redução de Impostos**

### **1. Famílias e Trabalhadores (Classe Média).**

#### **Extensão e ampliação de:**

- Dedução padrão elevada;
- Crédito infantil (Child Tax Credit);
- Crédito por rendimento do trabalho (ETC reformado).

#### **Isenção de imposto sobre:**

- Gorjetas;
- Horas extras;
- Juros de financiamento de carro;
- Dedução para idosos e gastos com atividade física;
- Exclusão de renda de empréstimos estudantis perdoados por morte/incapacidade.

# PROJETO H.R. 1 - "ONE BIG BEAUTIFUL BILL ACT"

## **Redução de Impostos**

### **2. Pequenas Empresas e Empreendedores**

#### **Extensão do:**

- Crédito de 20% sobre a renda de pequenos negócios (Qualified Business Income);
- Depreciação acelerada para ativos;
- Isenção de imposto sobre refeições de negócios;
- Dedução de pesquisa e desenvolvimento doméstico.

### **3. Rural America e Main Street**

- Isenção de juros sobre empréstimos para imóveis rurais e agrícolas;
- Ampliação de zonas de oportunidade (Opportunity Zones);
- Redução de exigências de reporte fiscal para pequenas transações;
- Incentivos para produção musical e cultural em pequenas cidades.

# PROJETO H.R. 1 - "ONE BIG BEAUTIFUL BILL ACT"

## **Redução de Impostos**

### **4. Famílias com Educação**

- Expansão do uso de contas 529 para homeschooling, despesas escolares e cursos técnicos;
- Dedução parcial para doações beneficentes mesmo sem itemização;
- Isenção permanente de imposto para pagamentos de empréstimos estudantis feitos por empregadores.

### **5. Empresas com Planos de Saúde para Funcionários**

- Incentivos fiscais para planos do tipo HSA, FSA e clínicas no local de trabalho;
- Deduções ampliadas para programas de saúde física e preventiva.

# PROJETO H.R. 1 - "ONE BIG BEAUTIFUL BILL ACT"

## **Setores com Aumento ou Restrições de Impostos**

### **1. Energia Limpa e Setor Verde**

#### **Eliminação de créditos fiscais**

- Veículos elétricos (pessoais e comerciais);
- Energia solar, eólica, hidrogênio e captura de carbono;
- Eficiência energética em casas e construções;
- Transferência de créditos entre empresas;
- Produção de energia limpa nuclear e renovável.

### **2. Fundações Privadas e Universidades Ricas**

#### **Aumento de:**

- Imposto sobre rendimento de investimento de grandes universidades;
- Imposto sobre rendimento de fundações privadas;
- Restrições ao uso de doações e deduções para empresas com excesso de benefícios.

# PROJETO H.R. 1 - "ONE BIG BEAUTIFUL BILL ACT"

## Setores com Aumento ou Restrições de Impostos

### 3. Imigrantes Ilegais e Remessas Internacionais

#### Criação de:

- Imposto sobre remessas internacionais;
- Restrição de créditos fiscais (como o Premium Tax Credit e créditos educacionais) a indivíduos com SSN verificado;
- Fim do acesso a subsídios do Obamacare para imigrantes ilegais.

### 4. Grandes Corporações

#### Restrições a:

- Compensação excessiva de executivos;
- Dedução de certas despesas com benefícios;
- Deduções excessivas de doações corporativas.

### 5. Setor de Importações e Comércio Exterior

#### Limitação de:

- Benefícios de drawback para mercadorias substituídas.

# RESUMO DA SEÇÃO 112104

## EXCISE TAX ON REMITTANCE TRANSFERS

Criação de um imposto federal de consumo (excise tax) sobre cada transferência internacional de dinheiro (remittance).

A alíquota inicial proposta é de 5% sobre o valor total enviado.

### **Aplicável exclusivamente quando a remessa:**

É feita por uma pessoa física que não possui um SSN válido emitido pela Administração do Seguro Social; Ou quando a identidade do remetente não pode ser verificada pelas instituições financeiras ou agentes de transferência.

# RESUMO DA SEÇÃO 112104

## EXCISE TAX ON REMITTANCE TRANSFERS

### **Objetivo político:**

- Desincentivar o envio de remessas por imigrantes ilegais;
- Aumentar a arrecadação federal proveniente de fluxos informais de capital;
- Forçar identificação fiscal do remetente para evitar o imposto (ou seja, incentivar a regularização).

### **A responsabilidade de coletar e repassar o imposto recai sobre:**

- Instituições financeiras (bancos, fintechs, agentes de câmbio);
- Serviços de transferência (como Western Union, MoneyGram, Remitly, etc.). O imposto deve ser recolhido no ato da transação e enviado ao Tesouro Nacional dos EUA.

### **Exceções ou isenções:**

- Pessoas com SSN válido e comprovada regularidade fiscal estariam isentas do imposto.
- Remessas com fins diplomáticos, humanitários ou institucionais podem ser isentas por regulamentação posterior.

# RESUMO DA SEÇÃO 112104

## EXCISE TAX ON REMITTANCE TRANSFERS

### Situação do Investidor Brasileiro Formal

**Quando NÃO há imposto de remessa, um investidor brasileiro que:**

- Investe formalmente nos EUA (via corretora registrada como Charles Schwab, IBKR, etc.);
- Está devidamente identificado com passaporte e formulário W-8BEN (que declara não-residência fiscal nos EUA);
- Recebe rendimentos de forma declarada (dividendos, juros, ganhos de capital);
- Repatria esses recursos para o Brasil por meios legais e bancários, **não paga esse imposto de 5% sobre remessas**, porque:
- Ele não está enviando dinheiro como "remessa pessoal", mas sim como repatriação de investimento;
- E não está usando mecanismos informais nem omitindo identificação fiscal.